

espaços públicos. E informa que a sua equipe mede mensalmente os impactos da programação de todos os equipamentos culturais para que diante dos resultados possam planejar melhor.

A conselheira Stephanie Andreas pergunta se o suplente pode contribuir, apesar de não ter direito a voto, acompanhando os trabalhos dos titulares e do conselho, tendo recebido como resposta que os suplentes podem e devem participar das atividades.

E para finalizar a secretária Nilcemar Nogueira convidou para fazer uso da palavra o vice-presidente eleito Álvaro Maciel que fez a sua saudação se comprometendo em apoiar a todos no que for preciso.

GESTÃO 2018-2020 - ATA DE REUNIÃO 02/2018

Data: 09/08/2018 - Horário de Início: 16h30min - Horário de Término: 19h30min

Local: Centro de Artes Calouste Gulbenkian

Participantes:

Da bancada do poder público: Eduardo Nascimento, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, Léo Feijó, da Secretaria de Estado de Cultura - SEC, Marco Aurélio Marcondes, presidente da Rio Filme, Vera Lúcia Manga da Silva, do Ministério da Cultura - MinC, todos titulares; Washington Santos, Secretária Municipal da Casa Civil - SMCV, Simone Crispim da Silva Moraes, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH e Rafaela Furtado Rocha, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, todos suplentes e ainda a suplente Dulce Janotti Nogueira, também da Rio Filme e sem direito a voto em função da presença do titular.

Da bancada da sociedade civil, estiveram presentes os seguintes titulares: Karla Maria da Silva Costa, Álvaro Maciel, Desirree dos Reis Santos, Sarah Alonso de Lara, Júlia Franca, Ellen Cristina, Wallace Fernandes Magalhães, Luter Angelo e Carla Wendling; e os suplentes Mauro Barros com direito a voto em função da ausência do titular (Cláudio de Prado Mello), Rosa Perdígão, Fernando Mamari, Eliana Alves Cruz, Izaira Silvia de França, Flávia Faria Lima e Cátia Nunes da Silva, estes sem direito a voto em função da presença dos titulares. Estiveram também presentes técnicos da Secretaria Municipal de Cultura e observadores da sociedade civil e do poder público.

A pauta enviada foi a seguinte: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. 2) Apresentação dos dados consolidados da Conferência Municipal de Cultura. 3) Avaliação do Sistema Municipal de Cultura. 4) Avaliação da revisão da Lei do ISS. 4) Informes gerais. Mas, efetivamente, em função do fator tempo e de alterações sugeridas pelos conselheiros a pauta seguida foi: 1) Informes gerais 2) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. 3) Apresentação da primeira minuta de Diretrizes do Plano Municipal de Cultura. 3) Formação de comissões técnicas.

A reunião se iniciou com o vice-presidente Álvaro Maciel assumindo a mesa, em função da presidente, secretária municipal de cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, estar em uma agenda com o prefeito Sr. Marcello Crivella. Maciel abre os trabalhos ressaltando a importância da diversidade e representatividade do atual Conselho Municipal de Cultura - CMC. Em seguida, anunciou as pautas a serem discutidas, sugerindo que o grupo começasse pelos informes gerais. Flavio Aniceto, colaborador da SMC observa que fazer os informes no final da reunião era prática do antigo colegiado, mas que poderia ser revisto. E dessa forma, fez-se a inversão e inicia-se tendo os informes como primeiro ponto de pauta.

Dessa forma, a conselheira Desirree dos Reis relata que na reunião anterior percebeu a formação de "chapas" ou grupos dentro do colegiado. Ela pontua que considera esta prática danosa para a diversidade do CMC, sugerindo que o grupo trabalhe com unidade em todos os momentos. Julia Franca responde dizendo que em qualquer grupo, afinidades surgem ou já existem, e que as pessoas se juntarem em função disso é natural e não prejudica os trabalhos.

Em seguida, a conselheira Sarah Alonso pede a palavra para solicitar que o local das reuniões seja debatido novamente, tendo em vista que na reunião anterior esta pauta foi discutida rapidamente. E que seria interessante fazer pelo menos duas reuniões, uma na Zona Norte e outra na Oeste até o final do ano. João Pedro Martins, Chefe de Gabinete da SMC, explica que no momento, a urgência é o encaminhamento do Sistema Municipal de Cultura e que restam apenas quatro reuniões este ano e que realizar as reuniões temporariamente na Região Central foi uma sugestão da secretária Nilcemar Nogueira para dar celeridade ao processo, e sugere que voltem a esta questão no final da reunião, todos concordam e a pauta segue com os informes.

A conselheira Carla Wendling sugere iniciar os informes pela Audiência Pública sobre o Cais do Valongo, que ocorreu no dia anterior no Ministério Público Federal - MPF e todos concordam. A conselheira Desirree dos Reis faz um panorama geral sobre o assunto, observa que o Ministro da Cultura, Sr. Sérgio Sá Leitão, não permaneceu até o final da discussão e informa ainda que a ONG Ação da Cidadania, atual ocupante do prédio Armazém Docas Pedro II, levou um grupo grande de pessoas para a audiência, que chegaram às 9h, recebendo lanche e transporte. E que pelo foi apresentado na audiência, a Fundação Cultural Palmares - FCP/MinC e o próprio MinC ignoraram todo o trabalho que foi realizado com vistas a implantação do Museu da Escravidão e da Liberdade - MEL. O conselheiro Eduardo Nascimento complementa fazendo um resumo dos resultados da audiência e das cobranças feitas por parte dos procuradores federais presentes. Álvaro Maciel passa a palavra, a pedido, para a conselheira Vera Manga, representante do MinC no CMC, que pediu para esclarecer o processo do ponto de vista do órgão. Ela explica que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/MinC é o responsável pelo registro do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial

e que a União das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO apresentou uma série de requisitos e exigências que devem ser cumpridos, tais como a nomeação de um comitê responsável pela salvaguarda do sítio histórico e a instalação de placas informativas no local. Vera Manga afirma ainda que no dossiê de candidatura do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial encaminhado à UNESCO, o prédio em questão estava reservado para ser o Centro Arqueológico e o Centro de Referência, e menciona ainda os planos do MinC de levar também para o local o Museu do Folclore, já que o espaço é muito grande. Vera Manga declara que não vai opinar sobre decisão do Ministro de colocar a Fundação Palmares a frente do projeto. O conselheiro Marco Aurélio Marcondes questiona se houve licitação para a escolha da instituição gestora. Vera Manga explica que o prédio é do MinC e que o mesmo vai providenciar um termo de cessão de uso do local para a Fundação Palmares que é uma das suas instituições vinculadas. E finalizando ela fala também da necessidade da ONG Ação da Cidadania desocupar o prédio, pois entende que as atividades no local são destoantes do sítio histórico. Ela explica que a Fundação Palmares é o órgão do MinC que vai cuidar dessa questão perante a UNESCO e afirma que o MEL é importante, mas a audiência foi sobre as exigências que os órgãos públicos precisam cumprir para a manutenção do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial. Após a fala dela, passou-se para o outro informe.

O conselheiro Luter Fortunato faz um relato de um agente cultural da Zona Oeste que realiza uma atividade voluntária em uma escola municipal e que foi impedido de continuar, pois o diretor informou que prefeito Sr. Marcelo Crivella proibiu esta atividade. O conselheiro Washington Santos, da SMCV, pediu a palavra e se comprometeu a procurar informações sobre o assunto e consultará a Secretária Municipal de Educação - SMC para esclarecer ao CMC o que aconteceu de fato.

O conselheiro Eduardo Nascimento fala sobre a Audiência Pública articulada pelo Polo Criativo da Zona Oeste que aconteceria em 08/08, relatando que a reunião foi cancelada pela Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ no dia que iria acontecer em função de problemas de segurança pública acontecidos em Santa Cruz (local da audiência). E fala que soube posteriormente que, mesmo cancelada, houve uma atividade no dia. A conselheira Sarah Alonso explica que o que houve foi um encontro preparatório, apenas para os membros do Polo.

Inicia-se o segundo ponto, a conselheira Júlia Franca faz a leitura da ata da reunião anterior e os conselheiros fazem observações pontuais e aprovam o documento por unanimidade.

Passa-se então ao terceiro ponto, Flavio Aniceto faz uma apresentação das diretrizes do Plano Municipal de Cultura - PMC, e adianta que a proposta seguiu o modelo da SEC, procurando elaborar um documento enxuto, objetivo e executável e que o trabalho foi de sintetizar as propostas surgidas nas pré-conferências territoriais e na III Conferência Municipal de Cultura. Diz ainda que as propostas foram agrupadas, pois muitos segmentos apresentaram demandas similares como a criação de Centros de Referência, por exemplo. Explica que o documento é dividido em 5 eixos, 11 diretrizes e 47 estratégias. Ao longo da leitura do documento os conselheiros fizeram observações pontuais que foram modificadas na hora e levantando outras questões, tais como: Item 2.2.1.4 - a conselheira Ellen Cristina solicitou que fosse revisto, pois os termos utilizados estavam redundantes; item 2.3.1.2 - a conselheira Sarah Alonso solicitou que adicionasse a palavra "mediar" e o conselheiro Luter Angelo solicitou a inclusão de "setor privado"; item 2.3.2.3 - o conselheiro Marco Aurélio Marcondes solicitou a inclusão do audiovisual; item 2.4.2.1 - o conselheiro Eduardo Nascimento sugeriu incluir o termo "infraestrutura cultural" e Cátia Nunes solicitou a inclusão do samba; item 2.4.2.2 - Eduardo Nascimento e Washington sugerem a inclusão de "meios de viabilidade e sustentação de manifestações culturais".

Ao final da leitura João Pedro Martins ressaltou a importância da palestra de Cleise Campos, da SEC, na reunião anterior e orienta aos conselheiros que como "dever de casa" façam a leitura do Plano Estadual de Cultura distribuído naquela ocasião. Ele explica que o desafio, hoje, é criar um PMC como um "guarda-chuva" que contemple a todos os segmentos e evitando-se perder tempo em questões exaustivas, pois o diálogo para aprovação da lei será extenso e o tempo curto para que seja aprovado ainda este ano e vigore a partir de 2019.

O conselheiro Washington Santos sugere a transversalidade de orçamento ao tratar das questões de patrimônio cultural, realizando parcerias com instâncias do segmento, como o IRPH. Sobre esse mesmo item, o conselheiro Eduardo Nascimento observa que entre os órgãos de patrimônio, inclusive no âmbito do IRPH, a discussão fica em grande parte voltada para o patrimônio cultural material, com grande foco nos monumentos e prédios e o patrimônio cultural imaterial fica em segundo plano. E sugere que no debate sobre o Sistema Municipal de Cultura se pautasse as seguintes medidas: criação de órgão para o patrimônio cultural no âmbito da SMC e de mecanismos legislativos e de financiamento para o setor.

O conselheiro Marco Aurélio Marcondes comenta que todos os planos passam por essa questão do financiamento, pois o orçamento é finito. Ele ressaltou a importância de perceber que historicamente a cultura sempre foi pensada em último plano e, portanto, deve-se lutar continuamente por mais recursos.

Ao final a conselheira Carla Wendling e outros conselheiros pontuaram que o documento apresentado deveria ser enviado para lerem e apreciarem com mais tempo. E Flavio Aniceto disse que sim, era uma primeira apresentação, que eles receberiam, mas que era preciso celeridade na apreciação pelo CMC. Os conselheiros solicitaram que

o documento do Plano, após os ajustes apresentados na reunião, seja enviado até o próximo dia 13/08, para que os membros possam avaliar e discutir as sugestões em reunião interna da sociedade civil no dia 21/08 e dando a devolutiva para a SMC no dia 24/08.

Encerrada a discussão sobre o PMC, Álvaro Maciel encaminha a discussão sobre a criação de outras comissões técnicas, conforme proposta dos conselheiros da sociedade civil em reunião que fizeram, as quais consideram úteis para a garantia de políticas públicas inclusivas. Maciel lembra que na reunião anterior haviam sido formadas duas comissões: a da Lei 10.639 e de ações afirmativas e a de Patrimônio Cultural e sugere, além da criação de outras, o acréscimo de membros nas já criadas. Dessa forma definiu-se: 1) quanto a Comissão da Lei 10.639: Luter Angelo, coordenador, como anteriormente definido e inclusão dos conselheiros Eliana Cruz e Washington Santos e ainda de um dos representantes da SME no CMC; Comissão de Patrimônio: Claudio de Prado e Desirree dos Reis, como já definido, e incluir representante do IRPH. E quanto as novas comissões, ponderou-se que seria melhor criar apenas uma, esperando os trabalhos das atuais se concluírem. Dessa forma, formou-se a Comissão de Orçamento com a participação dos conselheiros Sarah Alonso, Ellen Cristina, Julia Franca, Andreia Chiesorin, Marco Aurélio Marcondes e Wallace Magalhães.

O conselheiro Marco Aurélio Marcondes pede a palavra e lembra que colocou a Rio Filme a disposição na reunião anterior, e pede que se consulte a área jurídica da SMC sobre a possibilidade de os conselheiros participarem de editais e projetos de outros órgãos culturais.

A conselheira Sarah Alonso volta à questão de as reuniões serem realizadas em outras áreas da cidade. João Pedro Martins, Chefe de Gabinete da SMC, propõe que questão seja debatida entre os conselheiros e que um novo calendário poderá ser apresentado na próxima reunião. Todos concordam por aclamação. A reunião é finalizada.

GESTÃO 2018-2020 - ATA DE REUNIÃO 03/2018

Data: 12/09/2018 - Horário de Início: 16h30min - Horário de Término: 21h

Local: Secretaria Municipal de Cultura - sala 235

Participantes:

Da bancada do poder público: Nilcemar Nogueira - Secretária Municipal de Cultura e presidente do Conselho Municipal de Cultura, Eduardo Nascimento, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, Léo Feijó, da Secretaria de Estado de Cultura - SEC, Marco Aurélio Marcondes, presidente da Rio Filme, Juliana Jabor - do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, todos titulares; Washington Santos, Secretária Municipal da Casa Civil - SMCV - suplente com direito a voto em função da ausência do titular.

Da bancada da sociedade civil, estiveram presentes os seguintes titulares: Karla Maria da Silva Costa, Álvaro Maciel, Sarah Alonso de Lara, Júlia Franca, Ellen Cristina, Luter Fortunato, Carla Wendling, Kátia Pires Chagas, Elizabeth Manja e Cláudio de Prado Mello; e os suplentes Eliana Alves Cruz e Flávia Faria Lima, ambas com direito a voto em função da ausência dos titulares e ainda Andrea Chiesorin, Rogério Andreoli, Rosa Perdígão e Paloma de Oliveira Garcia Goulart, estes sem direito a voto em função da presença dos titulares. Estiveram também presentes os colaboradores João Pedro Martins e Flavio Aniceto, da Secretaria Municipal de Cultura, Diego Dantas, do Centro Coreográfico, Eduardo Marques, da Rio Filme e Rosane Campello, do Fórum Permanente de Dança.

Pauta da reunião: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Plano de trabalho para as comissões técnicas definidas; 3) Plano Municipal de Cultura; 4) Nova composição do Conselho Municipal de Cultura com vistas à minuta de Lei do Sistema Municipal de Cultura e 5) Informes gerais.

A reunião se iniciou com a coordenação da secretária municipal de Cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, presidente do Conselho, que perguntou se todos tinham recebido e lido a ata, se tinham alguma objeção ou correção a fazer e, caso não tivessem, consultou se o documento poderia ser aprovado sem necessidade de leitura. A conselheira Sarah Alonso disse que tinha uma objeção, em relação ao assunto da circulação das reuniões do Conselho nas áreas de planejamento. Foi respondido que a ata apenas reproduziu a discussão anterior, e que esse assunto poderia ser tratado no final da reunião. Após esse breve questionamento a ata foi aprovada por unanimidade. A secretária, Sra. Nilcemar Nogueira falou na sequência sobre a inversão da pauta, aprovada na reunião anterior, a qual definiu que os informes gerais serem apresentados no início da reunião, disse que acha ruim, pois alguns temas que não são prioritários passam na frente de outros que são urgentes e que o melhor seria começar pela pauta principal e deixar os assuntos complementares no final, como era feito antes. E lembrou ainda que é preciso notificar os conselheiros do poder público que não estão participando, e solicitar aos órgãos novas indicações, conforme o regimento interno do Conselho prevê.

Na sequência passou-se para o 2º item da pauta. O conselheiro Luter Fortunato falou sobre como ficou constituída a Comissão relativa à Lei 10.639/03 e as Ações Afirmativas, conforme a reunião anterior, a qual definiu a estrutura, a composição e a temporalidade da mesma e que ele e a conselheira Eliana Alves Cruz se reuniram no último dia 11/09 para propor o plano de trabalho, ficando esta como presidente e ele como secretário. A secretária Sra. Nilcemar Nogueira, falou sobre a importância da identificação das referências culturais da cidade, e então a partir disso, trabalhar em cima da história afro-brasileira, indicando a possibilidade de incluir na Comissão, a Subsecretaria de Identidade Cultural - SUBIC que tem uma interface com a área de Educação. Seguiu a sua fala dando a sugestão para que todas as comissões tenham uma definição sobre qual é o objetivo

principal e quais as ações que estão sendo pensadas para implementação desse plano de trabalho e o prazo para realização e avaliação. A conselheira Eliana Alves Cruz apresentou o plano de trabalho elaborado por ela e pelo conselheiro Luter Fortunato para a referida comissão, a íntegra do mesmo segue em anexo a esta ata. Foi solicitado pelo plenário incluir no escopo da comissão, além da Lei 10.693/03, a Lei 11.645/08 (que inclui junto com as culturas de matrizes africanas, as culturas indígenas no currículo oficial da rede de ensino). As conselheiras Andrea Chiesorin e Rosa Perdigão solicitaram participação nessa comissão.

A secretária municipal de cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, enfatizou a questão do prazo para conseguir a aprovação do Fundo Municipal de Cultura, e, se não der tempo, será adiada a tramitação na Câmara para 2019, só conseguindo orçamento para 2020. Falou ainda sobre o trabalho que está fazendo com projetos estratégicos para a SMC em 2019 e 2020, visando à captação de recursos através de emendas parlamentares e sobre o esforço a se fazer nesta conjuntura para buscar esses recursos, e por isso a necessidade em sermos mais pragmáticos. Falou também sobre a possibilidade de conciliar as agendas do seminário proposto pela comissão, em novembro, com outro, já agendado para o mesmo período no Museu da Escravidão e da Liberdade - MEL, quando haverá a entrega do certificado de patrimonialização do Cais do Valongo. E aproveitou para dar uma atualização geral sobre a questão do Armazém Docas Pedro II e a sinalização da área da pequena África pela Prefeitura e o IPHAN.

Em seguida, passou-se para a discussão da Comissão de Patrimônio, a conselheira Flávia Faria Lima falou sobre a designação do conselheiro Cláudio Prado de Mello para a presidência da mesma, tendo ele elaborado toda a agenda, sendo então a melhor pessoa para falar sobre o escopo do grupo. Como o mesmo ainda não havia chegado à reunião passou-se para a próxima comissão, a de Orçamento composta pelos conselheiros Sarah Alonso, Júlia Franca, Ellen Cristina, Marco Aurélio Marcondes e Andrea Chiesorin. A conselheira Sarah Alonso falou sobre a função de uma comissão estar atrelada às discussões da lei orçamentária e de mudanças na Lei do ISS, e que o plano de trabalho será exposto na próxima reunião.

A secretária municipal de cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, precisou se ausentar e a reunião passou a ser conduzida pelo conselheiro Eduardo Nascimento, ocorrendo uma interrupção com a chegada dos conselheiros Claudio Prado de Mello, Ellen Cristina e Álvaro Maciel relatando que foram barrados por guardas municipais na entrada do prédio da Prefeitura. João Pedro Martins, chefe de gabinete da SMC, se comprometeu a dar uma solução para que isso não ocorra nas próximas reuniões.

Dando prosseguimento, Eduardo Nascimento passou para o 3º da pauta que é a discussão sobre o Plano Municipal de Cultura, convidando o colaborador técnico Flávio Aniceto para fazer a exposição dos pontos sugeridos pelos conselheiros, conforme combinado na última reunião, e que foram ou não incorporados, para o debate. Dessa forma se iniciou a discussão. No item 2.1.1.2, após a exposição e debates, estabeleceu-se a alteração para incluir o termo "**dimensões da acessibilidade**" ao texto. No item 2.1.1.5, o conselheiro Eduardo Nascimento falou sobre a importância da redação não conter referências percentuais enquanto não houver aprovação da PEC 150 para que não haja identificação de vinculação de receita e despesa, incorrendo em inconstitucionalidade. Ocorreu um debate entre diversos participantes. O conselheiro Washington Santos da Secretaria Municipal da Casa Civil alertou, dada a sua experiência anterior de trabalho na Câmara Municipal para nos resguardarmos em relação a conteúdos que dificultem a aprovação do Plano pela maioria dos membros daquela casa legislativa. João Pedro Martins, chefe de gabinete da SMC, corroborou com Santos, e mostrando preocupação com a celeridade na tramitação do documento. O conselheiro Marco Aurélio Marcondes pediu a palavra e falou sobre a necessidade de se fazer um trabalho mais enxuto e objetivo. A conselheira Flávia Faria concordou com a questão da celeridade e de não se incorrer em inconstitucionalidade. A conselheira Sarah Alonso, falou sobre achar um equilíbrio entre as partes, pois os representantes dos movimentos culturais tem a bandeira dos 2% do orçamento municipal para a cultura há tempos. Flávio Aniceto propôs a elaboração de uma proposta alternativa que seria discutida e enviada por e-mail. O conselheiro Álvaro Maciel falou sobre citar as referências das leis federais, do Plano Nacional de Cultura e de suas metas. Eduardo Nascimento propôs a seguinte redação "distribuição de recursos de forma territorializada nas diversas áreas de planejamento, linguagem e manifestações." Passando para o item 2.1.1.6, todos aceitaram a proposta de alteração da assessoria, mantendo-se apenas a periodicidade dos fóruns a cada semestre e o calendário anual de reuniões descentralizadas. No item 2.2.1.1 ocorreu um debate sobre a retirada do termo "agentes concursados" e a possível limitação das ongs locais e de outras ações nas escolas. O conselheiro Eduardo Nascimento, falou sobre não ser competência da SMC a gestão das escolas. O conselheiro Washington Santos falou sobre a importância de citar neste item a Lei 10.639/03. A conselheira Andrea Chiesorin fechou o debate com a inclusão da Lei 10.639/03 e 11.635/07 e os termos "em consonância com a organicidade do agente público e parceria local." No item 2.2.1.4 foi aceita a modificação. No item 2.2.1.5 após a explanação sobre a questão da expressão "Função Cultura", no orçamento de outras secretarias e que viabilizem ações culturais e então a ideia é fazer parcerias com esses outros órgãos para executar projetos em conjunto. Eduardo Nascimento propõe a redação "sensibilizar e estabelecer parcerias com os diversos órgãos públicos municipais que tenham a Função Cultura." No item 2.2.6.2, após debates, estabeleceu-se aceitar a modificação proposta pelos conselheiros, ficando a redação "... e) incorporar comissões avaliadoras de editais e nas equipes da Secretaria Municipal de Cultura por e com pessoas com deficiência."

Passando para o item 2.3.1.6 todos concordam com a modificação do item proposta pela assessoria. No item 2.3.1.7, após debates, Eduardo Nascimento falou sobre os eixos Conselho, Plano e Fundo que serão abordados e sugere uma forma genérica de redação "criar mecanismos de Estado permanente de financiamento e fomento." No item 2.3.1.8 a conselheira Paloma Goulart fez uma sugestão e acordou com Flávio Aniceto encaminhar por e-mail. No item 2.4.1.3 todos concordam em retirar o termo "socioeconômicas" do texto. No item 2.4.1.6, todos concordam com a proposta da assessoria. No item 2.4.1.7, Eduardo Nascimento sugeriu incluir a criação do "Canal da Cidadania" para ser veiculada na banda digital, de acordo com a legislação relativa do setor e orientações do Ministério das Comunicações. No item 2.4.1.8 por sugestão do Washington Santos, todos de acordo com a inclusão do termo "consórcio intermodal". No item 2.4.2.3 aconteceu um debate intenso sobre a alocação do carnaval na Secretaria Municipal de Cultura, conforme foi proposto pelos conselheiros. Eduardo Nascimento, falou sobre ser válido consultar a secretária municipal de Cultura, Sra. Nilcemar Nogueira sobre a sua proposta de definição do papel da Secretaria Municipal de Cultura em relação ao carnaval e que acredita que a SMC não teria braços para a incorporação total, ficando para a área cultural as manifestações de cultura popular e de patrimônio cultural imaterial que tem esteio no carnaval, mas que não concorda com a inclusão (na SMC) do carnaval enquanto megaevento. O conselheiro Rogério Andreoli reiterou a fala anterior enfatizando as questões das parcerias entre a Cultura (do item 2.1.1.5) e outros órgãos, e que a manifestação cultural do carnaval deve estar atrelada à cultura, mas não os eventos, conforme Nascimento disse. A conselheira Carla Wendling, titular da pasta de carnaval no Conselho, falou sobre os blocos tradicionais e grandes blocos show de carnaval que deveriam ter ligação com a cultura e não com a RioTur, e lembrou que a mesma é um dos órgãos que não estão comparecendo às reuniões, e que deveria ser notificada conforme pontuou a secretária Nilcemar no início da reunião. A conselheira Sarah Alonso defendeu que o carnaval deveria vir para a pasta da cultura. A conselheira Andrea Chiesorin sugeriu instalar uma quarta câmara técnica sobre o assunto carnaval, para discutir formas de trazer a área para a pasta da cultura. Todos ficam de acordo em reelaborar esse item e encaminhar por e-mail. Nos itens 2.4.2.4 e 2.4.2.5 todos concordam com a alteração proposta pela assessoria. Nos dois itens finais, sugeridos pelos conselheiros, 2.5.1.7 e 2.5.1.8, considerados como tendo redações genéricas e pouco objetivas, mas importantes uma vez que tratam respectivamente do comportamento do cidadão carioca constituindo um patrimônio cultural e ambiental e da cultura da paz e do combate à violência e o genocídio dos jovens e negros, também foi estabelecido fazer uma redação alternativa a ser compartilhada por e-mail.

Após esse intenso debate retornou-se ao 2º item, interrompido no início por conta de alguns conselheiros não terem chegado ou conseguido entrar no prédio. A conselheira Elizabeth Manja falou sobre a Comissão de Orçamento propondo que a mesma discuta também a captação de recursos para projetos culturais que é uma necessidade dos territórios. O conselheiro Claudio Prado de Mello falou sobre a Comissão de Patrimônio e a organização do plano de trabalho a ser apresentado. A conselheira Andrea Chiesorin retomou a sugestão feita no item 2.4.2.3 de formação de uma nova câmara técnica para o assunto carnaval. A conselheira Kátia Pires Chagas falou sobre a amplitude das outras três comissões e não que via motivos para esse ser específica e que poderia então ser "carnaval e manifestações populares". Decidiu-se que na próxima reunião a conselheira Carla Wendling irá propor o escopo dessa possível nova comissão.

A conselheira Sarah Alonso pediu a volta ao tema da itinerância das reuniões, conforme pontuado no início da reunião. João Pedro Martins propôs que a questão seja debatida entre os conselheiros e que um novo calendário seja proposto na próxima reunião. O conselheiro Álvaro Maciel propôs uma agenda de reuniões extraordinárias aos sábados. Eduardo Nascimento propôs que essas reuniões extraordinárias tenham com tema os mesmos assuntos das comissões técnicas e as ordinárias abordem os temas gerais e os marcos regulatórios (Sistema Municipal de Cultura, Lei do ISS). E foi estabelecido o agendamento para todo segundo sábado do mês, sendo a primeira reunião em 20 de outubro (no anterior é "feriadão" e Dia das Crianças, quando acontecem muitas atividades culturais nos bairros), no Museu da Humanidade/ Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro - Ipharj a Avenida Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, 443, em Anchieta, Área de Planejamento 03, atendendo o convite do conselheiro Cláudio Prado de Mello.

Passando para o 5º item, informes gerais, Eduardo Nascimento falou sobre a IV Conferência Estadual de Cultura, especialmente sobre a delegação do estado para a III Conferência Nacional de Cultura. Essa escolha levou em conta reuniões dos delegados das regionais na própria conferência, e na Metropolitana I que compreende a Capital, foram indicados Mateus Paz e Cândida Serrão como titular e suplente da sociedade civil e do poder público, Sérgio Bonelli, da SMC e a suplência por representante da SEC. Porém, na hora da plenária, sem a presença de boa parte da delegação carioca, houve uma reviravolta, invertendo-se os papéis. E esse assunto está sendo tratado entre ele e Cleise Campos, coordenadora da IV Conferência para definir a delegação correta. O conselheiro Álvaro Maciel informou sobre a Caminhada contra a Intolerância Religiosa que aconteceria no dia 16/09, na orla de Copacabana e que eles organizariam uma atividade de dispersão no Leme e convidou os presentes a participarem.

A conselheira Kátia Pires Chagas falou sobre a entrega do Prêmio Arte em Movimento, que aconteceria no Teatro Municipal Café Pequeno, dia 17/09, e sobre ter na lista de convocação o nome do Prefeito, quando achava

que deveria ser o nome da secretária municipal de cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, visto ser um prêmio cultural e não de gestão. Explicou também que, embora tivesse sido eleita delegada, não pode comparecer a IV Conferência Estadual de Cultura devido a problemas de saúde do seu filho. Já no final da reunião, quando alguns conselheiros já estavam saindo, Elizabeth Manja e outros conselheiros pediram esclarecimento sobre os crachás e Flávio Aniceto informou que o fotógrafo esteve no local para fotografá-los, mas não pôde fazer, pois a máquina estava quebrada. E orientou que aqueles que não entregaram as fotos impressas, mandem por e-mail para que finalmente possamos encaminhar a feitura dos crachás.

GESTÃO 2018-2020 - ATA DE REUNIÃO 04/2018 em 18/10/2018

Horário de Início: 17h30min - Horário de Término: 20h

Local: Museu de Arte do Rio

Participantes:

Da bancada do poder público: Nilcemar Nogueira - Secretária Municipal de Cultura e presidente do Conselho Municipal de Cultura, Eduardo Nascimento, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, ambos titulares; e os suplentes, Washington Santos, da Secretaria Municipal da Casa Civil - SMCV, Dulce Nogueira Janotti, da Rio Filme e Simone Crispim S. Moraes, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, todos com direito a voto em função das ausências dos titulares.

Da bancada da sociedade civil, estiveram presentes os seguintes titulares: Wallace Magalhães, Álvaro Maciel, Desirree dos Reis Santos, Karla Maria da Silva Costa, Cláudio Prado de Mello, Kátia Pires Chagas e Júlia Franca; e os suplentes Izaira Sílvia de França, Cátia Nunes, ambas com direito a voto em função da ausência dos titulares; e ainda Fernando Mamari, Eliana Alves Cruz, Flávia Faria Lima, Mauro Barros, estes sem direito a voto em função da presença dos titulares. Estiveram também presentes os colaboradores João Pedro Martins e Flávio Aniceto, da Secretaria Municipal de Cultura.

Pauta da reunião: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Plano de trabalho para as comissões técnicas definidas (continuidade: comissões de Patrimônio e Orçamento e Seminário de Novembro da Comissão de Ações Afirmativas); 3) A relação da SMC e do CMC com as manifestações carnavalescas; 4) Informes sobre a Lei do Sistema Municipal de Cultura; 5) Calendário de reuniões descentralizadas; 7) Informes Gerais.

A reunião se iniciou com a leitura de ata da reunião anterior pelo Chefe de Gabinete da SMC, João Pedro Martins. Após a leitura, o documento foi aprovado por unanimidade. Na sequência a Secretária Municipal de Cultura e presidente do Conselho, Sra. Nilcemar Nogueira, falou sobre o ocorrido no prédio da prefeitura por ocasião da reunião anterior, quando alguns conselheiros tiveram dificuldade para entrar no local, pediu desculpas e informou que os crachás já estão sendo providenciados.

Passando para o segundo item da pauta, sobre o plano de trabalho das comissões técnicas, Flávio Aniceto falou sobre as ausências de alguns conselheiros que teriam informações afins, e que sobre a quarta comissão proposta, relativa ao Carnaval, recebemos um texto de contribuição da conselheira da área, Carla Wendling, ausente justificadamente por estar se recuperando de uma cirurgia e informou e sobre convite feito e aceito para a RioTur comparecer na próxima reunião. O conselheiro Fernando Mamari propôs que haja um momento inicial, mesmo que curto, para que cada linguagem falasse um pouco de como está sendo a experiência pessoal no Conselho e os seus desafios. E em seguida, o mesmo faz a leitura do documento enviado sobre o Carnaval. Sobre o documento apresentado a Secretária Municipal de Cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, faz suas considerações, começando pelo ponto que mais é recorrente, os pedidos de patrocínios, e que defende que o papel da SMC é o de promover e defender a preservação como bens culturais dessas manifestações carnavalescas, mas, por outro lado, é preciso que parta dos mesmos, a elaboração de ações para a sustentabilidade dos grupos, blocos, escolas etc. E ao mesmo tempo, entender e defender que como patrimônio cultural imaterial as manifestações podem trazer desenvolvimento social, econômico para a coletividade e as comunidades. Pontuou ainda sobre o aumento cada vez maior de blocos na cidade, ao mesmo tempo em que e o orçamento público não aumenta, devendo então prevalecer o apoio aos grupos e blocos tradicionais para preservação das referências culturais, e que não dá pra investir recursos em ações meramente comerciais. A Secretária pediu ainda a convocação do IRPH, órgão municipal responsável pelos patrimônios materiais e imateriais da cidade, para discutirem os planos de salvaguarda das manifestações carnavalescas. A Secretária falou também sobre a publicação que aconteceria no dia posterior, 19 de novembro de 2018, no Diário Oficial do Município-RJ, do Decreto do Funk, sendo o começo de um processo de reconhecimento, regulamentação e outras fases como a qualificação dos agentes, a exemplo do que aconteceu com as rodas de samba e que levou outros grupos afins a buscarem uma melhor estruturação. A Secretária mencionou ainda as dificuldades financeiras para manter os equipamentos municipais abertos. O conselheiro Álvaro Maciel falou sobre o reconhecimento das velhas guardas das escolas de samba como Patrimônio Imaterial e sobre um projeto tramitando na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro com esse fim. E respondendo ao mesmo a Secretária esclareceu que não cabe ao legislativo este reconhecimento, uma vez que são atribuições dos órgãos de salvaguarda dos bens materiais e imateriais, IRPH na esfera municipal, INEPAC na esfera estadual e IPHAN na esfera federal. A Secretária reiterou a necessidade de convidar o IRPH, para uma reunião do Conselho e informou ainda sobre um seminário com todos esses órgãos referentes ao Patrimônio Cultural que irá acontecer em 08 de dezembro de 2018 no Museu de Arte do Rio. E que acredita que o caminho passa por, primeiro conhecer e dialogar com essas